

Atuação do engenheiro pode evitar tragédias

Rivaldo Gomes/Folhapress



Desabamentos como os observados no início do ano nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro comprovam necessidade do trabalho do profissional habilitado em reformas e adequações. Capital paulista debate legislação sobre laudos periódicos.

Páginas 4 e 5

Queda parcial de prédio em São Bernardo do Campo, em 6 de fevereiro.



UM GRITO DE ALERTA QUE PRECISA ECOAR

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

DANDO SEQUÊNCIA À MOBILIZAÇÃO contra o processo de desindustrialização nacional, representantes do setor patronal e do movimento sindical lançaram em 27 de fevereiro último o manifesto “Grito de alerta em defesa da produção e do emprego brasileiros”. O documento, assinado por diversas centrais sindicais e inúmeras organizações empresariais, chama a atenção para a estagnação do setor industrial no ano passado e propõe medidas que revertam a situação. “Em 1985, a indústria de transformação representou 27% do PIB (Produto Interno Bruto), em 2011 deve ter chegado a menos de 16% e mantida a atual situação, chegaremos ao fim de 2012 com menos de 15%.

O declínio da indústria coloca o País numa situação perigosa e vulnerável, com dificuldade de gerar empregos de qualidade e salários decentes para as presentes gerações e para as vindouras. Não se pode ignorar o impacto futuro que a redução da atividade da indústria brasileira, e da capacidade de consumo dos trabalhadores afetados, poderá ter sobre a expansão sustentável do emprego no comércio e serviços”, pontua o documento. Entre os fatores responsáveis pelo

quadro preocupante estão juros altos, câmbio valorizado e guerra fiscal favorecendo as importações. De acordo com o manifesto, sem medidas eficazes, o Brasil, que, em 1980, tinha parque industrial equivalente à soma dos então existentes na Tailândia, Malásia, Coréia do Sul e China, estará condenado a ser uma economia produtora e exportadora de *commodities*, enquanto consome cada dia mais produtos industrializados importados desses lugares. Basta lembrar que o déficit nessa área em 2011 foi de US\$ 93 bilhões. Além das medidas macroeconômicas básicas – redução da taxa selic, dos *spreads* bancários e controle da valorização cambial –, o alerta elenca mais 19 medidas emergenciais para que a indústria tenha novo fôlego. Essas se dividem em estímulo ao investimento produtivo, defesa comercial contra as importações e fim dos incentivos fiscais à prática, além de contrapartidas que assegurem o crescimento do emprego no segmento. Sem desprezar a importância do setor

Manifesto assinado por diversas centrais sindicais e inúmeras organizações empresariais chama atenção para a estagnação do setor industrial no ano passado e propõe medidas que revertam a situação.

agrícola à economia nacional, claro está que o Brasil precisa de uma indústria forte para assegurar seu pleno desenvolvimento e condições de vida adequadas à sua população. É necessário ainda forte investimento em ciência, tecnologia e inovação. Isso porque também não basta que haja um grande setor produtivo montador. É essencial que se faça pesquisa e desenvolvimento internamente para que o avanço seja pleno. Portanto, o grito de alerta lançado nesse pacto entre trabalhadores e empresários precisa ecoar na sociedade e junto ao governo.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de março de 2012. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC

A lógica das concessões aeroportuárias

Marco Aurélio Cabral Pinto

A “PRIVATIZAÇÃO” dos aeroportos brasileiros tem despertado debate público farto em comparações históricas, muitas dessas com acusações de repetição de erros incorridos no período político anterior (1992-2002). No entanto, o papel desempenhado pelas privatizações na era da “globalização”, experimentado no Brasil entre 1992 e 2002, é inteiramente distinto do papel ocupado no ciclo atual (2003-2014).

Não custa lembrar que os anos 80 e 90 foram marcados pela ocupação, pelas elites financeiras internacionais, do núcleo de poder nos principais estados centrais (pioneiramente nos EUA e na Inglaterra, seguidos por Japão, Alemanha e demais países sob a área de influência dólar-euro-iene). À época, homens de negócio e analistas concordavam que havia capacidade instalada industrial em excesso no mundo, tornando-se necessária consolidação na forma de fusões e aquisições.

A privatização de ativos públicos foi percebida à época como a ponta do *iceberg* que criou, durante quase 20 anos, valor bursátil em detrimento de crescimento econômico e emprego. Os mercados de capitais foram elevados à condição, ao mesmo tempo, de oráculo e de instância de promoção da igualdade, liberdade e fraternidade.

Ao final dos anos 80, o Brasil foi readmitido nos mercados internacionais para dívida pública, fechados desde a moratória decretada em 1986. A então celebrada renegociação da dívida externa apresentou duas características principais: (i) alongamento dos créditos, reduzindo-se impacto relativo sobre balanços de pagamentos; e (ii) transformação de créditos podres bancários por títulos emitidos em mercados de capitais. A

partir daí, qualquer ação de Estado que contrariasse “consensos de mercados” resultava invariavelmente em dificuldades para rolagem das dívidas públicas.

Ou seja, uma armadilha financeira tecida durante os anos 90 como contrapartida à entrada de volumosos recursos para bolsas de valores, animada pelas incertezas dos leilões de privatização. Foi nesse contexto que se realizaram as principais reformas de Estado à época: Lei de Responsabilidade Fiscal, regime de metas para *superávit* fiscal, bandas inflacionárias etc.

Em síntese, a privatização nos anos 80 e 90 se inseriu como parte de contexto mais geral em que poucos se beneficiaram em detrimento de muitos. Em tal contexto, as elites anglo-saxônicas elegeram a agenda de privatizações como parte de estratégia mais ampla de desmontagem dos estados de bem-estar social ou desenvolvimentistas em todo o mundo. Estados, que, na tese neoliberal, são compulsivamente gastadores e inevitavelmente corruptos. Portanto, a privatização no Brasil, durante o período entre 1992 e 2002, correspondeu a se fazer o “dever de casa” de implantação de agenda de acumulação em linha com os interesses financeiros internacionais.

A superação dessa armadilha financeira resultou no que conhecemos como período de transição (2003-2010). Nesse, tornou-se possível, pela via das exporta-



ções e em decorrência do crescimento asiático, superar a dependência do investimento direto estrangeiro de curto prazo. Contribuiu para isso novo *momentum*, com aumentos crescentes da liquidez em dólares e consequente motivação para expansão do crédito pelos bancos.

Foi ainda possível retomar-se investimento industrial no Brasil em decorrência de estratégia de recomposição de renda (salário mínimo) e emprego (construção civil), bem como de mecanismos de transferência para a base da sociedade (bolsa-família). O resultado dessas políticas foi percebido em 2008, quando o Brasil obteve desempenho extraordinário frente aos primeiros eventos adversos da crise financeira internacional.

A nova estratégia

A privatização dos aeroportos brasileiros, realizada em fevereiro último, parece saída encontrada frente à urgência para realização dos grandes eventos esportivos no País. Como tal, não parece elemento essencial da estratégia brasileira na atualidade. Com isso, lança-se mão dos lucros e riscos privados como motor para compartilhamento da gestão de obras com interesse público. Por outro lado, a ampliação da infraestrutura aeroportuária brasileira obedece à lógica de integração de porções do território que historicamente permaneceram relativamente isoladas, principalmente médias cidades espalhadas pelo vasto território nacional.

Nesse quesito, espera-se que os significativos recursos arrecadados sejam utilizados para construção ou modernização de aeroportos com menor fluxo relativo de cargas/passageiros, garantindo-se ampliação sistêmica em ritmo maior que a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) poderia realizar no atual regime fiscal.

Marco Aurélio Cabral Pinto

é professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) e colaborador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”



SEGURANÇA EM REFORMAS EXIGE PROFISSIONAIS HABILITADOS

Soraya Misleh

AS QUEDAS DE TRÊS PRÉDIOS no Rio de Janeiro em 25 de janeiro último e de parte de um edifício em São Bernardo do Campo, na região do ABC paulista, no dia 6 de fevereiro, chamam atenção para a necessidade de profissionais habilitados a cuidar da manutenção ou adequações nas construções e realizar inspeções técnicas periódicas. Também levantam a questão sobre a premência de fiscalização adequada e de legislação que garanta a efetivação de vistorias estruturais.

Aprovado pela Câmara dos Vereadores em 2006, o projeto de lei nº 01-0489/2005, que dispõe sobre o “check-up” das edificações no município de São Paulo, havia sido vetado pelo prefeito Gilberto Kassab. Após esses acidentes, ele mudou de posição. Pediu ao plenário do Legislativo local que derrube a restrição, o que está para acontecer. A proposta é pioneira na Capital, como explica seu autor, o vereador Domingos Dissei (PFL). Também em âmbito nacional, Maria Cascão, professora-doutora do Departamento de Estruturas da Escola Politécnica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), diz desconhecer legislação sobre o assunto. O que existe, conta, são “normas técnicas da ABNT (*Associação Brasileira*) que recomendam inspeções periódicas em diferentes tipos de estruturas”. No Rio de Janeiro como em São Paulo, o tema está na pauta. Aqui, o PL obriga a vistorias a cada cinco anos, de acordo com o texto, “para detecção de irregularidades na parte física do imóvel e seus equipamentos, registradas em laudos técnicos, de responsabilidade de seus proprietários ou gestores conforme o caso, e serão realizadas por engenheiros, arquitetos ou empresas de engenharia”, registrados no conselho profissional e cadastrados na Prefeitura.

Por trás de desabamentos, falta de manutenção, uso inadequado do local ou intervenções equivocadas.

Todavia, limita-se a construções acima de 500 metros quadrados. “Esse foi o entendimento da Câmara, já que abrange a maioria em que pode haver um problema”, justifica o parlamentar. Exclui edificações residenciais classificadas como R1 (“uma unidade habitacional por lote”) e R2h (“conjunto de duas ou mais, agrupadas horizontalmente e/ou superpostas, e todas com entrada independente, com frente para via oficial de acesso ou em condomínio – casas geminadas, casas superpostas, vilas e conjunto residencial vila”).

Não obstante considere a medida importante, Daniel Mariani Guirarde, engenheiro civil e pesquisador do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), acredita que deveria se estender a residências como um todo. Para a engenheira civil Maria Célia Ribeiro Sapucahy, diretora do SEESP, esse projeto não resolve o problema do ponto de vista de deterioração de estruturas. “A lei sequer fala desse aspecto e autoriza arquitetos a emitirem laudo. Coloca limites muito altos, como para restaurantes, cuja lotação tem que ser maior do que 300 pessoas. Impõe uma multa ridícula de R\$ 300,00 para o não cumprimento da lei, de tal forma que os edifícios podem optar pela multa.” Ela, inclusive, acredita que se houvesse a devida fiscalização do exercício profissional pelo Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), não seria necessária nenhuma nova lei. “Se houver engenheiro responsável, ele vai cuidar que reformas, por exemplo, sejam feitas de maneira correta.”

Chame o síndico

Na concepção de Guirarde, um caminho para se prevenir acidentes como os



Queda de prédio em São Bernardo do Campo aponta para necessidade de conservação das edificações e de assistência por parte de engenheiros em caso de reforma.

que ocorreram recentemente – e culminaram inclusive em vítimas fatais – é o síndico e os vizinhos ficarem atentos se está havendo alguma dessas adequações no condomínio. Em caso afirmativo, devem observar se a reforma está registrada legalmente junto aos órgãos devidos e tem acompanhamento de um engenheiro. Em São Paulo, cabe às administrações

regionais concederem alvará para tanto. Procurada insistentemente pela reportagem do **Jornal do Engenheiro**, a Coordenadoria das Subprefeituras não se manifestou acerca desse trabalho até o fechamento desta edição.

Além de sua atuação, o registro dessas obras precisa ser feito pelo engenheiro junto ao Crea. Mas basta consultar cidadãos que recentemente efetuaram adequações em suas construções para entender que a prática ainda está longe de ser a ideal. Muitas vezes, o que se observa é o leigo atuando na obra. Além de fiscalização deficitária, falta orientação ao pessoal dos condomínios e conscientização. Isso se aplica também à conservação das edificações. “A impermeabilização tem validade de no máximo dez anos e geralmente as pessoas acham que vai durar para sempre. Isso tem que ser

feito periodicamente”, salienta Guirarde. O que não significa somente pintar para encobrir o problema, mas, como ensina Maria Cascão, pensar na “fundamental manutenção de suas estruturas”. Ainda de acordo com ela, é igualmente importante que, em caso de reformas, os proprietários “mantenham as plantas dessas alterações para consultas posteriores em futuras intervenções”.

As causas ainda estão sendo investigadas, mas tanto no Rio de Janeiro quanto no município na Grande São Paulo há suspeita de que mudanças na estrutura dos prédios ocasionaram as quedas. “Os registros não mostram erros de projeto ou execução das obras. Eram edifícios antigos, são problemas de falta de manutenção, má conservação ou de uso inadequado do local, de alteração do projeto, aumento de sobrecarga”, complementa Guirarde. Carlos Alberto Guimarães Garcez, vice-presidente do SEESP, constata: “Basta olhar as imagens do prédio em que teve o acidente em São Bernardo do Campo para ver que não tinha manutenção. Além disso, lá tinha uma sala com três aparelhos de ar-condicionado, deve ter sido feita uma gambiarra elétrica. E alguma coisa pode ter sido colocada no meio da laje (*resultando em sobrepeso*), como um monte de pedra, sacos de cimento.” Cascão explicita que “um carregamento além dos níveis previstos em projeto pode levar ao colapso da estrutura. Exemplos de sobrecargas indevidas podem decorrer de armazenamento de material ou entulho, além de peso excessivo de livros, arquivos, entre outros”. Guirarde destaca que há regulamentação para isso. O problema é que nem sempre as normas são observadas.

Na linha de seus colegas, Garcez destaca o papel que deve ser desempenhado pelo síndico e o zelador para evitar problemas. Ambos, afirma, “precisam estar sempre atentos ao estado geral da edificação, se há trincas, fissuras, infiltrações, fios elétricos apa-

rentes. E é muito importante que uma vez por mês realizem uma vistoria visual geral nos pilares, nas tubulações de água e esgoto”. Essa rotina, pondera Garcez, se possível deve ter acompanhamento de um engenheiro civil – o qual deve ser acionado sempre que se notar que é preciso tomar alguma providência. Cascão vai mais longe: “Qualquer tipo de obra, mesmo reformas que não envolvam modificações estruturais, deve ser feita com acompanhamento de um engenheiro civil especialista, pois o que pode parecer um simples furo para passagem de um duto, quando feito em um elemento estrutural, pode levar ao colapso da edificação.”

O profissional legalmente habilitado é crucial ainda para orientar moradores sobre os cuidados nas construções. O síndico, acrescenta Celso Atienza, vice-presidente do SEESP, deve exigir sua presença, já que não existe fiscalização de reformas em prédios, por exemplo. “A Prefeitura o faz ‘no grosso’.” Ele explica que muitos prédios novos têm paredes estruturais, as quais não podem ser removidas, porque funcionam como sustentação. Segundo exemplifica, é normal o morador fazer adequações, já que geralmente não é dado pela construtora o acabamento devido. E não é incomum vê-lo retirar uma parede para fazer uma cozinha americana, o que pode colocar em risco toda a construção. “É essencial contratar os profissionais corretos, que vão saber indicar o que pode ou não ser mexido”, enfatiza.

Demandas como essas reforçam a premência de se investir nessa formação e ampliar o número anual de graduandos, atualmente estimado em cerca de 40 mil – muito pouco para um País com dimensões continentais como o Brasil. É o que propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) em 2006, com a adesão do SEESP e outros sindicatos filiados àquela entidade, e atualizado em 2009.

Colapsos estruturais podem ser evitados com acompanhamento das obras por especialistas.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. Alto Tietê: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracaatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 / 3368-0204 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACARÉ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIÁ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesp@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesp@hotm.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.



PACTO POR EMPREGO E PRODUÇÃO

Rosângela Ribeiro

“EM 1985, a indústria representava 27% do PIB (Produto Interno Bruto). Em 2011, essa fatia deverá fechar inferior a 16%”, indica o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf. “No ano passado, tivemos um crescimento de apenas 0,3% no setor industrial do País”, contabiliza o presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Wagner Gomes.

Esses são os números que fazem representações patronais e de trabalhadores se reunirem num movimento contra processo que eles identificam como de “desindustrialização” no Brasil. Skaf cita as condições macroeconômicas adversas, como câmbio e juros, além da burocracia, carga tributária e infraestrutura deficiente, como inibidores da competitividade do produto nacional frente ao importado. “Se o cenário macroeconômico não é favorável, o empresário acaba por importar mercadorias e por produzir fora do País. Com isso, quem perde mais é o Brasil, que deixa de gerar os empregos, renda, consumo, investimentos e até arrecadação”, avalia.

Paulo Cayres, presidente da CNM/CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos/Central Única dos Trabalhadores), não define a situação atual como de desindustrialização. Para ele, se o governo não mudar a política industrial agora, daqui a cinco anos o País poderá sim enfrentar esse processo.

Já para Paulo Pereira da Silva, Paulinho, presidente da Força Sindical e deputado federal pelo PDT de São Paulo, a desindustrialização é um fenômeno visível, uma vez que parcela crescente dos bens comercializados

no País é importada. Para comprovar, ele aponta o déficit de 2011 na balança comercial de produtos industrializados, que ficou em US\$ 93 bilhões, 30% maior que em 2010.

Paulinho criticou ainda a ausência de uma política industrial que reverta essa situação, apesar das intenções governamentais. “No papel é uma beleza, mas, na prática, tem pouca eficácia. Precisamos de urgência, pois a situação só tende a piorar”, adverte, ressaltando que o PBM (Programa Brasil Maior) também está demorando a ser implementado.

Segundo a assessoria de comunicação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, os núcleos dos 19 Conselhos de Competitividade do PBM já estão implantados e em funcionamento desde novembro do ano passado, preparando diagnósticos e diretrizes gerais preliminares. Esses serão apresentados nas primeiras reuniões de cada conselho, que ocorrerão até 16 de março.

Proteção

O presidente da Força quer que o Brasil proteja sua indústria. E receita: “Precisamos desonerar os investimentos, reduzir a carga tributária, tomar medidas de proteção comercial, aumentar e baratear o crédito ao setor, reduzir as taxas de juros e os *spreads* bancários, mexer no câmbio para que nossas exportações sejam mais competitivas e modernizar nossa infraestrutura.”

Gomes, da CTB, deixa claro que existem diferenças entre a pauta sindical e a do empresariado, mas concorda que a atual política macroeconômica impede que a indústria se fortaleça. Ele destaca como primeira reivindicação do movimento a aceleração da queda de juros e o fim do superávit primário. “É preciso investir mais em ciência e tecnologia, em inovação, para dar condições de criarmos empregos de mais qualidade, ligados principalmente ao setor industrial”, observa.

“O movimento contra a desindustrialização nacional converge com o projeto 'Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento', lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), em 2006, no qual são indica-

das mudanças na política econômica que estimulem o investimento produtivo”, afirma o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, também à frente da entidade nacional. Além disso, o documento destaca o papel do Estado como indutor de desenvolvimento e a necessidade de ênfase à ciência e tecnologia. “Consideramos esses pontos essenciais a um projeto de desenvolvimento nacional”, completa.

Manifesto

Os participantes da mobilização em defesa da indústria nacional tinham encontro marcado no dia 27 de fevereiro último, na sede da Fiesp, com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel. Horas antes, contudo, ele cancelou a presença na reunião, que foi mantida com a participação das entidades patronais e centrais sindicais. Na ocasião, foi divulgado o manifesto “Grito de alerta em defesa da produção e do emprego brasileiros”. O documento (disponível na íntegra em <http://migreme.net/1i9j>) contém cinco eixos emergenciais: medidas macroeconômicas; investimento produtivo como promotor do crescimento; defesa comercial com inversão atual do quadro de invasão das importações no mercado brasileiro; fim dos incentivos fiscais às importações; e expansão industrial como prioridade da política econômica com metas e contrapartidas.

Foi ainda definido plano de ação com a realização de atos em vários estados (ainda sem datas agendadas). Em São Paulo, a manifestação acontecerá no dia 4 de abril, com passeata até a Assembleia Legislativa.

No dia 28 último, o movimento manteve audiência com o presidente do Senado, José Sarney, em Brasília, onde solicitou a aprovação da Resolução 72, que busca acabar com a diminuição da alíquota interestadual de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no Estado de desembarque da mercadoria vinda do exterior. Em 1º de março, aconteceria audiência com a presidente Dilma Rousseff.

Mobilização em defesa da indústria teve reunião em São Paulo que divulgou manifesto com propostas para impulsionar o setor.



Divulgação Força Sindical

Reunião na sede da Fiesp, em 27 de fevereiro, entre representantes dos trabalhadores e das empresas.

Cursos

MOGI DAS CRUZES

UMC (Universidade de Mogi das Cruzes)

Site: www.umc.br

E-mail: posgraduacao@umc.br

Telefone: (11) 4798-7080

• **Pós-graduação em sistemas elétricos de potência.** Para atualizar os conhecimentos de engenheiros eletricitistas que atuam nos setores industriais ou em concessionárias de energia. Entre os temas, aterramento, automação elétrica de processos industriais, conservação de energia, proteção dos sistemas elétricos, qualidade e geração. Com carga de 400 horas, a especialização será ministrada aos sábados, das 8h às 17h. O preço é de 15 parcelas de R\$ 530,00.

RIBEIRÃO PRETO

Sinatub Eventos

Site: www.sinatub.com.br

E-mail: sinatub@sinatub.com.br

Telefone: (16) 3911-1384

• **Manutenção preditiva e inspeção de equipamentos.** A pretensão é fornecer informações relativas às atuais práticas, técnicas e tecnologias sobre o tema. Abrangerá 15 palestras e, simultaneamente, feira de utilidades. O curso será realizado nos dias 22 e 23 de março, das 8h às 18h. O custo é de R\$ 490,00 por pessoa, com descontos progressivos para mais de um participante e grupos. Inclui material didático e certificado.

SANTOS

Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo)

Site: www.sindusconsp.com.br

E-mail: sindusstos@sindusconsp.com.br

Telefone: (13) 3222-5396

• **Noções da área fiscal para engenheiros e administrativo de obras.** O curso abordará as funções do setor fiscal, principais tributos, créditos em favor da empresa, documentos, entre outros. A atividade acontece no dia 15 de março, das 9h às 18h. O custo é de

R\$ 190,00 para sócios do Sinduscon e de R\$ 320,00 para os demais.

SÃO PAULO

Academia de Engenharia e Arquitetura

Site: www.aeacursos.com.br

E-mail: cursos@aeacursos.com.br

Telefone: (11) 2626-0101

• **Gestão e manutenção em edifícios.** Entre os temas, sistemas de infraestrutura dos prédios residenciais ou comerciais nas áreas de refrigeração, elétrica, automação e hidrossanitária; manutenção preventiva, preditiva e corretiva; principais normatizações; e contratação de equipes. O curso será realizado nos dias 30 e 31 de março, das 8h às 17h. O preço é de R\$ 990,00.

VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)

Site: www.vdibrasil.com.br

E-mail: vdi@vdibrasil.com.br

Telefone: (11) 5180-2325

• **Como estimular a inovação e a criatividade dos engenheiros.**

A atividade abordará as etapas de implantação de um processo de inovação contínuo, formas de motivar equipes e de desenvolver competências. O curso será realizado no dia 7 de março, das 8h30 às 17h30. O custo é de R\$ 450,00 para associados à VDI-Brasil e de R\$ 650,00 para os demais.

Ycon Formação Continuada

Site: www.ycon.com.br

E-mail: cursos@ycon.com.br

Telefone: (11) 3816-0441

• **Pavimentos asfálticos e pisos industriais – projeto e execução.**

O curso abordará as práticas de projeto geotécnico, assim como de execução e controle tecnológico, incluindo desde as sondagens e ensaios de solos até o apoio técnico de obra. O programa inclui investigações, definição de parâmetros de cálculos, estudos de alternativas e ensaios de controle tecnológico. A atividade será realizada nos dias 23 e 24 de março, das 19h às 23h na sexta-feira, e das 9h às 18h no sábado. O preço é de R\$ 590,00.

1º Encontro Tecnológico Brasil-Alemanha em São Carlos

PARA DISCUTIR a importância da inovação e da transferência de tecnologia nas empresas e na formação dos engenheiros, será realizado nos dias 27 e 28 de março, na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), o 1º Encontro Tecnológico Brasil-Alemanha nessa localidade.

Voltado a professores e alunos dos cursos de engenharia, empresários e demais profissionais interessados, o evento contemplará palestras de várias empresas renomadas, como Cassidian, BMW, Lanxess, Faber-Castell, Petrobras e Embraer/Orbisat. Além disso, contará com a apresentação do presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, que abordará os desafios da engenharia brasileira para o século XXI. Participarão ainda representantes da VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha), e do Daad (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico).

Outro objetivo da atividade é fortalecer a imagem da cidade de São Carlos, que se posiciona cada vez mais como a "Capital Nacional da Tecnologia", e ratificar o reconhecimento da UFSCar como um importante centro de ensino superior e uma das melhores universidades do País, principalmente na área de engenharia.

Promovido pelo Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia) do SEESP, pela UFSCar e pela VDI-Brasil, o evento será realizado no Anfiteatro Bento Prado, localizado na Rodovia Washington Luís, km 235. Mais informações sobre a programação e inscrições pelo telefone (16) 3351-9738, com Vera, ou pelo e-mail ccetddir@ufscar.br.

Evento contará com palestras de representantes de diversas empresas de porte e de entidades da engenharia, como SEESP e VDI.





Eleições na Elektro e na Sabesp

Em 7 de março, ocorrerá o pleito para escolha dos representantes dos empregados no Conselho de Administração da Elektro. O mandato vai de 2012 a 2015. A chapa 1 conta com o apoio do SEESP, e tem na sua composição, como titular, o engenheiro industrial eletricitista Juracy Pereira Mamede, que disputa a reeleição, cujo suplente é o pedagogo Antônio

Eduardo Lourenço, o Toninho do RH. Suas propostas de trabalho abrangem: ser o porta-voz dos colaboradores nas estratégias e políticas gerais da companhia; avaliar as reivindicações e propostas de melhorias oriundas dos colaboradores; e monitorar o desempenho da empresa e de seus diretores.

Ainda em março, entre os dias 3 e 14, haverá eleição

para os conselhos Deliberativo e Fiscal da AAPS (Associação dos Aposentados da Sabesp). Ao primeiro concorrerão três associados ao SEESP, os quais, por sua militância em prol dos engenheiros, contam com o apoio da entidade. São eles: Cid Barbosa Lima Junior, José Roberto Guimarães e Nelson Stabile, este último diretor do sindicato.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho (primeira e segunda vias), via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, através do qual coloca à disposição da categoria treinamentos diversos, mediante parcerias. E permite a divulgação de

portfólio e projetos/serviços por intermédio do Engenheiro Online (www.engenheiroonline.com.br).

Oportunidades

Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas para auxiliar na colocação no mercado de trabalho. Segundo levantamento feito até o dia 24 de fevereiro, há

55 vagas disponíveis, sendo 25 para engenheiros das diversas modalidades, 28 para estudantes e duas para docentes. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.



Livro aborda análise de processos químicos

De autoria dos engenheiros e professores do Departamento de Engenharia Química da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) Alberto Colli Badino Junior e Antonio José Gonçalves Cruz, foi publicado pela Editora UFSCar o livro “Fundamentos de balanços de massa e energia – um texto básico para análise de processos químicos”. Em 236 páginas, os profissionais apresentam os principais conceitos relacionados ao tema, numa linguagem clara, didática e objetiva. A obra é dividida em cinco partes (introdução aos processos químicos, dimensões e unidades, variáveis de processo, balanços de massa e balanços de energia) e procura



orientar os leitores a partir de 35 exemplos. São ainda propostos 40 exercícios, com suas respectivas soluções, que ajudam a fixar os temas abordados. O livro custa R\$ 49,00 e pode ser adquirido no *site* www.editora.ufscar.br.



Anuncie aqui!
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



SEESP SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Associado SEESP tem sempre mais

Engenheiro associado ao SEESP tem sempre mais razões para aproveitar tudo o que a vida pode oferecer. Isso porque o SEESP desenvolve e vem aprimorando um conjunto de benefícios que facilitam a vida do profissional, garantindo o acesso a produtos e serviços com vantagens exclusivas, segurança e economia.

São mais de 300 convênios com empresas e profissionais no Estado de São Paulo (Capital e Interior) em condições muito vantajosas nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, segurança, finanças, descontos para o dia a dia e muito mais.

PLANOS DE SAÚDE • CONVÊNIO MÉDICO E ODONTOLÓGICO • FUNDO DE PENSÃO
 APOIO JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO • SEGUROS • CULTURA • EDUCAÇÃO
 CONVÊNIO COM ESTACIONAMENTOS • PROGRAMA ENGENHEIRO EMPREENDEDOR • LAZER
 CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL • FACILIDADES TURÍSTICAS • RESTAURANTES

Seja um associado SEESP.
Visite o site de análise e confira a relação completa dos benefícios.

(11) 3113.2664
www.seesp.org.br

Rua Geneva, 25 - CEP 01316-901 - São Paulo - SP